



processo n.º

170/2021/URB

local

MOSTEIRÓ

requerente

ANA CRISTINA DA ROCHA MOREIRA

e-mail do destinatário

destinatário

classificação

Aviso N.º 9771/2021/INT



Med. 275/U.0.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 3 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, conjugado com o art. 13.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, publicado no Diário da República n.º 203, II Série, de 16/10/2015, torna-se público que se encontra pendente nesta Câmara Municipal o pedido de **licenciamento** para alteração ao lote n.º 24 do alvará de loteamento n.º 1/2009, emitido em 2009/04/06, o qual consiste em modificar o polígono base; aumentar a área de implantação (de 186,00m² para 250,00m²); aumentar a área de habitação (de 272,7m² para 360,00m²); diminuir a área de estacionamento coberto no edifício principal (de 186,00m² para 70,00m²); diminuir a área de construção total (458,70m² para 430,00m²); diminuir a cêrcea de CV+R/C+A para CV+R/C. -----

O lote a alterar está descrito na Conservatória do Registo Predial Comercial e Automóvel de Santa Maria da Feira sob o n.º 862/20090414 - Mosteiró e inscrito na matriz urbana sob o artigo 1159, da União das freguesias de São Miguel de Souto e Mosteiró, deste concelho. -----

A consulta pública, decorrerá pelo período de 10 dias úteis, contados do último dos avisos publicados no Diário da República, no jornal nacional e no Portal do Município em www.cm-feira.pt. Durante o período da consulta pública, o (s) interessado (s) podem consultar todo o processo na Câmara Municipal, sita no Largo da República, em Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente e, no caso de oposição, apresentar, por escrito, exposição devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 24/03/2021

A Chefe de Divisão/O Diretor de Departamento

Por (sub) delegação:

Documento assinado eletronicamente.
Esta assinatura substitui a assinatura autografada.
(art. 7.º do D.L. 88/2009, de 9 de abril)